

*** continuação** **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de demandas judiciais. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: 3.1. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na operação da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estivesse prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. A Nota 16 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento. a) **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. 3.2. **Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis:** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, apresentadas a seguir:

	Taxa anual
Sistemas de computação	20%
Imobilizado	
Máquinas e equipamentos industriais	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de computação	20% a 33%
Benefícios em bens de terceiros	16% a 27%
Partes e Peças Aeronáuticas	50% a 100%

3.3. **Perda (impairment) do imobilizado e intangíveis:** Anualmente, a Companhia analisa indicativos de eventuais perdas (impairment) no imobilizado e intangível, de acordo com a política contábil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda. 3.4. **Provisão para demandas judiciais:** No ano de 2025 a Administração da Companhia efetuou a provisão para contingências relativas às ações judiciais de natureza cível e trabalhista, considerando a base histórica de valores desembolsados para os processos encerrados nas esferas cíveis e trabalhistas, que refletem as decisões positivas obtidas no judiciário, que demonstram as boas práticas atuais adotadas na gestão das rotinas, e ainda, expressam o posicionamento jurisprudencial sobre a teorização de atividades adotadas pela empresa. A Companhia adota o critério de provisionamento onde atribui os valores de perda em todos os processos ativos, considerando o ticket médio dos valores desembolsados pela Companhia no encerramento dos processos, utilizando a base móvel de processos encerrados dos últimos 24 meses. 3.5. **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. 3.6. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. 3.7. **Warrants:** A companhia utiliza as premissas para calcular o valor justo, conforme demonstradas na nota 26. 4. **Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco foi estabelecida pela Administração. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros, estabelecendo princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excedentes de caixa. a) **Risco de mercado:** i) **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente DI). O risco relacionado a esses empréstimos e financiamentos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém contrato de derivativo (swap) vinculado às operações de empréstimo em moeda nacional junto ao Banco Bradesco (Finame) com o objetivo de gerenciar a exposição à volatilidade das taxas de juros. Adicionalmente, a operação em moeda estrangeira (Citibank) também possui estrutura de proteção (swap) convertendo a remuneração para taxa vinculada ao CDI. Para os demais saldos em moeda nacional, há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de proteção. Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço. ii) **Análise de sensibilidade:** A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada a seguir:

	Saldos em	Ganhos (Perdas)
Transação indexada ao CDI	Risco CDI (I) 31/12/2025	Provável Cenário A Cenário B
Empréstimos e financiamentos	Aumento 292.798	(46.116) (54.900) (65.880)
Títulos e valores mobiliários	Redução 1.294	184 146 97
	CDI (aumento)	15,00% 15,75% 18,75% 22,50%
	CDI (redução)	15,00% 14,25% 11,25% 7,50%

(i) CDI divulgado pela CETIP. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado pela área financeira. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. As taxas pactuadas para os títulos e valores mobiliários ("CDBs") refletem as condições usuais de mercado, que são remuneradas a uma taxa média que variam entre 100% e 100,3% do CDI. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, e que pode variar de acordo com a estratégia comercial e do cenário econômico que a Companhia está inserida. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acampamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização de "Contas a Receber". c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de assegurar a manutenção dos atuais negócios da Companhia. d) **Risco com taxa de câmbio:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui exposição a riscos de taxa de câmbio relacionada a operação de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Citibank. Para essa operação é mantido contrato de derivativo (swap) convertendo a dívida para moeda nacional. A controlada Anivia Serviços Aéreos Ltda., possui exposição cambial relacionada unicamente ao compromisso de arrendamento financeiro da Aeronave.

	Controladora	Controlada
Taxa de câmbio	2025	2024
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	5.5024	31.653
Desvalorização do dólar (-25%)	4.1268	454
Desvalorização do dólar (-10%)	4.9522	3.165
Valorização do dólar (+10%)	6.0526	(3.165)
Valorização do dólar (+25%)	6.8780	(7.913)

4.2. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade e oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir este custo. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora	Consolidado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	292.798	259.350
Passivos de arrendamento	183.543	190.219
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(130.638)	(113.963)
Dívida líquida	345.703	335.606
Patrimônio líquido e dívida líquida	122.587	164.513
Quociente de alavancagem	468.290	500.219
	74%	67%

4.3. **Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: (i) **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

	Nível 2	Nível 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	130.638	-	130.638
Ativos:	1.294	-	1.294
Caixa e equivalentes de caixa	413.335	-	413.335
Títulos e valores mobiliários	-	687	687
Contas a receber	-	687	687
Warrants	-	687	687
Total do ativo	545.267	687	545.954
Passivo:	(213.739)	-	(213.739)
Fornecedores e outras contas a pagar	(292.798)	-	(292.798)
Empréstimos e financiamentos	(2.810)	-	(2.810)
Instrumentos derivativos	(183.543)	-	(183.543)
Arrendamentos mercantis	(692.890)	-	(692.890)

	Nível 2	Nível 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	113.963	-	113.963
Ativos:	1.132	-	1.132
Caixa e equivalentes de caixa	332.832	-	332.832
Títulos e valores mobiliários	-	852	852
Contas a receber	-	852	852
Warrants	-	852	852
Total do ativo	447.927	852	448.779
Passivo:	(166.520)	-	(166.520)
Fornecedores e outras contas a pagar	(259.350)	-	(259.350)
Empréstimos e financiamentos	(190.219)	-	(190.219)
Arrendamentos mercantis	(616.089)	-	(616.089)

Total do passivo
Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2025 e 2024.

	Controladora	Consolidado
5. Caixa e equivalentes de caixa:	2025	2024
Bancos conta movimento	15.464	27.363
Certificados de depósitos bancários (i)	115.174	86.600
	130.638	113.963

(i) Remunerados, em 31 de dezembro de 2025, por taxas médias que variam entre 100% e 100,3% do CDI (80% e 103% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem perda significativa de valor.

	Controladora e Consolidado
5.2. Títulos de valores mobiliários:	31/12/2025
Certificados de depósitos bancários	1.294
	1.294
Circulante	804
Não circulante	490

Os valores de títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos bancários vinculados a garantia de contratos de aluguéis com vencimento acima de 90 dias.

	Controladora	Consolidado
6. Contas a receber de clientes:	2025	2024
Serviços de distribuição	290.547	256.463
Serviços de distribuição - CTCR's a faturar (i)	143.192	98.060
	433.739	354.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.404)	(21.690)
	413.335	332.833

	Controladora	Consolidado
9. Intangível:	2025	2024
Sistemas de computação	126.206	-
Softwares em desenvolvimento	25.317	31.420
Total do Custo do Intangível	151.523	31.420
Sistemas de computação	(39.251)	(28.983)
Total da Amortização Acumulada	(39.251)	(28.983)
Sistemas de computação	86.955	(28.983)
Softwares em desenvolvimento	25.317	31.420
Total do Intangível Líquido	112.272	2.437

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Sistemas de computação	81.815	1.101
Softwares em desenvolvimento	29.859	38.908
Total do Custo do Intangível	111.674	40.009
Sistemas de computação	(17.589)	(21.693)
Total da Amortização Acumulada	(17.589)	(21.693)
Sistemas de computação	64.226	(20.592)
Softwares em desenvolvimento	29.859	38.908
Total do Intangível Líquido	94.085	18.316

	Controladora	Consolidado
10. Imobilizado:	31/12/2023	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	61.637	67
Móveis e utensílios	10.887	13
Veículos	31	-
Equipamentos de informática	26.024	343
Benefícios em imóveis de terceiros	40.630	-
Partes e peças aeronáuticas	2.586	6.687
Imobilizado em andamento	141.795	7.110
Total do Custo do Imobilizado	(25.312)	(5.103)
Máquinas e equipamentos	(3.631)	(957)
Móveis e utensílios	(31)	-
Veículos	(15.110)	(3.235)
Equipamentos de informática	(11.728)	(4.617)
Benefícios em imóveis de terceiros	-	-
Partes e peças aeronáuticas	-	-
Imobilizado em andamento	-	-
Total da Depreciação Acumulada	(55.812)	(13.912)
Máquinas e equipamentos	36.325	(5.036)
Móveis e utensílios	7.256	(944)
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	10.914	(2.892)
Benefícios em imóveis de terceiros	28.902	(4.617)
Partes e peças aeronáuticas	2.586	6.687
Imobilizado em andamento	85.983	(6.802)
Total do Imobilizado Líquido	85.983	(6.802)

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	50.999	11
Móveis e utensílios	8.698	(6)
Veículos	1.609	(1.578)
Equipamentos de informática	22.717	344
Benefícios em imóveis de terceiros	31.512	15
Partes e peças aeronáuticas	3.877	24.250
Imobilizado em andamento	119.412	24.620
Total do Custo do Imobilizado	(21.100)	(4.240)
Móveis e utensílios	(1.609)	(943)
Veículos	(11.218)	(4.232)
Equipamentos de informática	(8.464)	(3.264)
Benefícios em imóveis de terceiros	-	-
Partes e peças aeronáuticas	-	-
Imobilizado em andamento	-	-
Total da Depreciação Acumulada	(45.079)	(12.679)
Máquinas e equipamentos	29.899	(4.229)
Móveis e utensílios	6.010	(943)
Veículos	11.499	(3.888)
Equipamentos de informática	23.048	(3.249)
Benefícios em imóveis de terceiros	-	-
Partes e peças aeronáuticas	-	-
Imobilizado em andamento	-	-
Total do Imobilizado Líquido	74.333	11.941

a) **Revisão da vida útil estimada:** A Administração da Companhia avaliou que a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado não apresenta variações significativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e concluiu não ser necessário ajustes nas taxas de depreciação atualmente utilizadas.

	Controladora	Consolidado
11. Fornecedores e outras contas a pagar:	2025	2024
Fornecedores nacionais	186.947	163.059
Adiantamento de clientes (i)	26.626	3.328
Outras contas a pagar	166	153
	213.739	166.520

(i) Antecipação de clientes destinada à operação do Internacional, principalmente relacionada ao custo de despachos aduaneiros, taxas e tributos. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de fornecedores possuem prazos médios de vencimento entre 15 e 90 dias e não estão sujeitos a incidência de juros até a data de vencimento. 12. **Operações de risco sacado:** A Companhia mantém contratos com instituições financeiras para estruturar, em conjunto com seus principais fornecedores, operações de antecipação de recebíveis conhecidas como "risco sacado". Nessas operações, grupos de transportadores e fornecedores de insumos podem antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras, sob coobrigação da Companhia, permanecendo inalteradas as condições comerciais originalmente pactuadas entre as partes, incluindo o prazo de vencimento das obrigações, usualmente de 45 dias. Conforme previsto no Ofício-Circular CVM nº 01/2021, item 8 - Risco Sacado, após a antecipação realizada pelo fornecedor, a Companhia passa a liquidar suas obrigações diretamente com as instituições financeiras, e não mais com os fornecedores. Importante destacar que: • A decisão de antecipar ou não as faturas é exclusivamente dos fornecedores, não havendo intervenção, direcionamento ou influência da Companhia nesse processo; • As operações têm por finalidade fortalecer o relacionamento comercial com os fornecedores, ampliando alternativas de gestão de fluxo de caixa por parte deles; • A operação não altera a natureza das obrigações da Companhia, que continuam classificadas como contas a pagar operacionais, não se caracterizando como captação de recursos ou empréstimos. Os saldos registrados nas demonstrações financeiras relacionados às obrigações vinculadas a essas operações encontram-se apresentados a seguir, em conformidade com as exigências de divulgação aplicáveis.

	Controladora e Consolidado
Operações de risco sacado	2025
	35.471
	9.748
	35.471

13. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 2025, a Companhia contratou operações de derivativos na modalidade Swap com o objetivo exclusivo de proteger sua exposição às variações cambiais e de taxas de juros relacionadas aos contratos de empréstimos. Esses instrumentos financeiros não são designados para a contabilidade de hedge (hedge accounting), nos termos do CPC 48/IFRS 9, pois essa metodologia requer a formalização da relação de proteção, bem como o atendimento a critérios específicos de elegibilidade e efetividade previstos na norma. Por essa razão, os contratos de swap vigentes

15.2. **Movimentações dos empréstimos e financiamentos:** Os saldos e as movimentações destes empréstimos seguem abaixo:

	Controladora e Consolidado
Banco BTG Pactual - Nota Comercial True Securitizadora - CRI Bradesco - FINAME	2025

★ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

vencimento original era 27 de maio de 2024 e o saldo para capital de giro. Características da 1ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R\$150.000. (ii) Custo da operação financeira: R\$2.138; (iii) Datas: (a) emissão 25 de março de 2024 (b) vencimento 28 de março de 2028. (iv) Remuneração: CDI +4,5% com pagamento de juros remuneratórios mensais a partir de 28 de Abril de 2024 até a data de vencimento. (v) Amortização: em 36 parcelas mensais e iguais a serem pagas partir de 28 de abril de 2024. c) Banco Bradesco - Finaime: Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia contratou, por meio do Banco Bradesco na modalidade Finaime Materiais. A operação está garantida por meio de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, incorrendo com fluxo de recebimentos decorrente dessa cessão fiduciária, assegurando o cumprimento das obrigações financeiras associadas. Características da operação Finaime: (i) Montante: R\$20.000. (ii) Datas: (a) emissão 23 de dezembro de 2024 (b) vencimento 15 de dezembro de 2028. (iii) Remuneração: CDI + 2,55% a.a., prazo de 4 anos, carência de 6 meses com pagamento trimestral de juros e, após esse período; (iv) Amortização: em 42 parcelas mensais e iguais a serem pagas partir de 15 de janeiro de 2025. d) Banco Safra - 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em 2 de abril de 2025, a Companhia aprovou a 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única, "clean", de distribuição privada com vencimento final em 2 de abril de 2029, e tendo como titular inicial o Banco Safra. O recurso líquido foi destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da 2ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R\$15.000. (ii) Custo da operação financeira: R\$143. (iii) Datas: (a) emissão 2 de abril de 2025 (b) vencimento 2 de abril de 2029. (iv) Remuneração: para o período compreendido entre 2 de outubro de 2025 e 2 de abril de 2029: juros remuneratórios com base 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,95% ao ano, (base 360 base Dias), a serem pagos trimestralmente. (v) Amortização: em 14 parcelas trimestrais e iguais a serem pagas partir de 2 de outubro de 2025. e) Banco Citibank - Operação 4131: Em 1º de agosto de 2025 a Companhia contratou um financiamento com o Banco Citibank S.A., tendo como credor o Citibank NA (Filial De Porto Rico), uma operação 4131 com vencimento em 30 de julho de 2030. O recurso líquido foi destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da operação 4131: (i) Montante: USD5.850.000,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta mil dólares americanos), equivalente a R\$32.760.000,00 (trinta e dois milhões setecentos e sessenta mil reais). (ii) Datas: (a) Desembolso da operação 4 de agosto de 2025 (b) vencimento 30/07/2030. (iii) Remuneração: juros remuneratórios de USD SOFR O/N+ 2,39% a.a. (base 360 dias) com SWAP de moeda (principal e juros) e taxa de juros para CDI + 2,80% a.a. (base 252 dias), a serem pagos trimestralmente a partir de 4 de novembro de 2025. (iv) Amortização: 17 parcelas iguais e consecutivas a serem pagas trimestralmente partir de 4 de agosto de 2026. f) Banco Bradesco - 3ª emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em 21 de novembro de 2025, a Companhia aprovou a 3ª emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única, com Garantia Real, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição Pública, com vencimento final em 28 de novembro de 2030 e tendo como titular inicial o Banco Bradesco. O recurso líquido será destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da 3ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R\$50.000; (ii) Custo da operação financeira: R\$1.073. (iii) Datas: (a) Desembolso ocorreu em 28 de novembro de 2025 (b) vencimento 28 de novembro de 2030. (iv) Remuneração: Para o período compreendido entre 28 de novembro de 2025 e 28 de novembro de 2030: juros remuneratórios com base 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,10% ao ano, (base 252 Dias Úteis), a serem pagos semestralmente. (v) Amortização: em 10 parcelas semestrais e iguais a serem pagas partir de 28 de maio de 2026. **Covenants Financeiros:** Determinados contratos de empréstimo possuem cláusulas de compromisso no indicador financeiro de endividamento

16.2. Passivos de arrendamento mercantil: Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	150.825	34.602	4.792	190.219	6.785	150.825	34.602	4.792	197.004
Adições	4.378	1.908	613	6.899	-	4.378	1.908	613	6.899
Baixas	148	-	(2.972)	(2.824)	-	148	-	(2.972)	(2.824)
Apropriação de juros	17.581	3.655	404	21.640	257	17.581	3.655	404	21.897
Pagamentos	(52.707)	(26.059)	(1.651)	(80.417)	(6.016)	(52.707)	(26.059)	(1.651)	(86.433)
Remensurações	27.420	20.287	319	48.026	(572)	27.420	20.287	319	47.454
Saldo em 31 de dezembro de 2025	147.645	34.393	1.505	183.543	454	147.645	34.393	1.505	183.997
Circulante	37.046	21.513	318	58.877	454	37.046	21.513	318	59.331
Não circulante	110.599	12.880	1.187	124.666	-	110.599	12.880	1.187	124.666

16.2. Passivos de arrendamento mercantil: Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	129.266	47.798	-	177.064	6.791	129.266	47.798	-	183.855
Adições	48.985	-	7.645	56.630	-	48.985	-	7.645	56.630
Baixas	(4.779)	-	-	(4.779)	-	(4.779)	-	-	(4.779)
Apropriação de juros	16.534	4.611	781	21.926	388	16.534	4.611	781	22.314
Pagamentos	(47.313)	(22.646)	(3.515)	(73.474)	(5.185)	(47.313)	(22.646)	(3.515)	(78.659)
Remensurações	8.132	4.839	(119)	12.852	4.791	8.132	4.839	(119)	17.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	150.825	34.602	4.792	190.219	6.785	150.825	34.602	4.792	197.004
Circulante	31.596	20.963	2.620	55.179	6.785	31.596	20.963	2.620	61.964
Não circulante	119.229	13.639	2.172	135.040	-	119.229	13.639	2.172	135.040

Arrendamentos: Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos a Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. Informamos abaixo o impacto no balanço dos juros nominais embutidos:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Nominal	226.747	227.203
(-) Juros embutidos	(43.204)	(43.206)
	183.543	183.997

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados. O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas baseadas no boletim FOCUS do Banco Central do Brasil até 2026. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, foram utilizadas as seguintes premissas de inflação: 4,05%, 3,8% e 3,5%, aplicáveis ao período projetado até o encerramento contratual, entre 2026 e março de 2032. Com base nessas premissas, os impactos estimados refletem os efeitos projetados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Fluxo real	161.216	161.497
Direito de uso dos ativos	226.747	227.203
Passivos de arrendamento	(43.204)	(43.206)
Juros embutidos	183.543	183.997

O cronograma anual de pagamentos dos referidos contratos, é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	58.877	59.331
2027	44.368	44.368
2028	38.352	38.352
2029 a 2035	41.946	41.946
	183.543	183.997

17. Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar:

	Controladora	Consolidado
Parcelamentos	2025	2024
ICMS (i)	32.801	49.976
ICMS (ii)	13.314	18.477
ICMS (iii)	-	1.014
ICMS (iv)	9.049	11.466
ICMS (v)	3.102	7.680
ICMS (vi)	7.336	11.339
ICMS (vii)	25.211	22.742
ICMS (viii)	5.569	5.709
ICMS (ix)	8.484	9.275
ICMS (x)	1.075	1.158
ICMS (xi)	2.933	3.418
ICMS (xii)	5.108	1.348
ICMS (xiii)	2.042	1.634
ICMS (xiv)	58.012	72.718
ICMS (xv)	42.983	43.985
ICMS (xvi)	15.029	28.733
ICMS (xvii)	15.029	28.733

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujo prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL corrente. As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.477	1.014
Adição	1.587	-
Atualização Monetária	2.928	41
Pagamentos	(9.678)	(1.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.314	1.014
Circulante	6.473	-
Não circulante	6.841	-

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.455	2.066
Atualização Monetária	1.924	141
Juros	643	-
Pagamentos	(15.545)	(1.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.477	1.014
Circulante	6.688	1.014
Não circulante	11.789	-

18. Imposto de renda e contribuição social: 18.1. Imposto de renda e contribuição social a compensar: O saldo de impostos de renda e contribuição social a compensar referem-se a pagamentos antecipados por estimativas e imposto retido na fonte conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda a compensar	2025	2024
Contribuição social a compensar	14.167	13.950
	3.595	2.831
	17.762	16.781

18.2. O saldo dos ativos de impostos diferido está demonstrado a seguir: A Companhia detém um saldo histórico de prejuízos fiscais, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi baseada em projeções futuras do resultado tributável, preparados pelos gestores dos negócios e aprovadas pela Administração da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	2025	2024
Arrendamento mercantil CPC 06	7.591	7.101
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	247	223
Participação dos empregados nos lucros	2.734	3.079
Provisão para passivos judiciais	3.304	2.908
Provisão para fornecedores (i)	22.093	19.279
Derivativos Vultor justo	955	-
Outras provisões	1.773	1.078
	56.695	55.797

(i) Provisões para registro da despesa na competência adequada, sendo em sua maioria os custos relacionados a operação logística. 18.3. A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	2025	2024
Diferenças temporárias	22.129	(4.131)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.668	5.029
	55.797	898

líquido em relação ao EBITDA (Dívida Líquida/EBITDA) ser menor ou igual 2,5. A apuração é feita anualmente considerando os últimos 12 meses, a partir das informações contábeis consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com tal cláusula. 16. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. 16.1. Direito de uso: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.755	31.054	4.524	169.333	5.319	133.755	31.054	4.524	174.652
Adições	4.378	1.908	613	6.899	-	4.378	1.908	613	6.899
Baixas	6	-	(2.762)	(2.756)	-	6	-	(2.762)	(2.756)
Amortizações	(37.861)	(21.043)	(1.382)	(60.286)	(4.466)	(37.861)	(21.043)	(1.382)	(64.752)
Remensurações (ii)	27.420	20.287	319	48.026	(572)	27.420	20.287	319	47.454
Saldo em 31 de dezembro de 2025	127.698	32.206	1.312	161.216	281	127.698	32.206	1.312	161.497

	Controladora				Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.891	44.373	-	160.264	5.725	115.891	44.373	-	165.989
Adições	48.985	-	7.645	56.630	-	48.985	-	7.645	56.630
Baixas	(4.179)	-	-	(4.179)	-	(4.179)	-	-	(4.179)
Amortizações	(35.074)	(18.158)	(3.002)	(56.234)	(5.197)	(35.074)	(18.158)	(3.002)	(61.431)
Remensurações (ii)	8.132	4.839	(119)	12.852	4.791	8.132	4.839	(119)	17.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.755	31.054	4.524	169.333	5.319	133.755	31.054	4.524	174.652

(i) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 em uso na operação da ANVIA. (ii) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contrato.

Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	150.825	34.602
Adições	4.378	1.908
Baixas	148	-
Apropriação de juros	17.581	3.655
Pagamentos	(52.707)	(26.059)
Remensurações	27.420	20.287
Saldo em 31 de dezembro de 2025	147.645	34.393
Circulante	37.046	21.513
Não circulante	110.599	12.880

18.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos: As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2025. Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	13.159	13.314
2027	13.675	13.894
2028	9.456	9.627
2029	6.321	6.503
2030 em diante	14.084	19.683
	56.695	63.021

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios. A respectiva provisão para demandas judiciais foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos seus assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avalia que a provisão para demandas judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
Processos	2025
Trabalhistas	8.762
Cíveis	956
	9.718

a) A natureza das ações pode ser resumida como segue: A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para demandas judiciais de natureza cível e trabalhista com base em estudos que consideram o histórico de desembolsos, adotando como premissa o ticket médio dos processos encerrados na fase anterior ao trânsito em julgado e, para aqueles com decisão transitada em julgado, o ticket médio das contingências efetivamente realizadas, apuradas com base nas respectivas decisões judiciais. **Processos trabalhistas:** A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista substancialmente compostas por pedidos referentes a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. **Processos cíveis:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para demandas judiciais relativa a esses processos. A Companhia figura como parte no polo passivo de processos cíveis - consumeristas que versam sobre pleitos de falha na entrega de produtos.

b) **Movimentação das provisões para demandas judiciais:**

	Controladora e Consolidado
Processos	2025
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.249
Complemento de provisão	3.926
Reversão de provisão	(1.896)
Pagamento de processos	(1.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.762

Processos

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11

–* continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A.

Aos Acionistas da **Tex Courier S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras do valor adicionado, individual e consolidada foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e

avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026



Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O
Murilo Morgante
Contador CRC SP-280120/O

